



CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 44/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. CONCESSÃO  
DE TÍTULO DE CIDADANIA ANAPOLINA. OBEDIÊNCIA  
AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA  
À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.  
CONSTITUCIONALIDADE.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador Lisieux José Borges que "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO ANAPOLINO AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALEX DE ARAÚJO MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

A concessão de cidadania é prática corrente nos Municípios, geralmente tendo por intuito prestigiar<sup>60</sup> pessoas e entidades que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo<sup>61</sup> para o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo.

Não restam dúvidas, portanto, de que se trata de matéria de interesse local, inserindo-se na esfera de competência típica legislativa destes entes (artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988). Passemos, então, à análise do que preceitua o ordenamento jurídico de Anápolis.

A Lei Orgânica da Cidade estabelece, em seu artigo 22, que cabe à Câmara dos Vereadores conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.



Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa de Leis dispõe, na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 102, que constitui assunto de propositura de Decreto Legislativo a concessão de Título de Cidadão Honorário de Anápolis ou qualquer outra homenagem ou honraria.

Além disso, o nobre Vereador ainda não apresentou proposta de concessão de Título Honorífico de Cidadania nesta Sessão Legislativa. Sendo assim, foi observado o § 2º do artigo 95 do Regimento Interno, que preceitua que cada Edil somente poderá apresentar, em cada ano, 2 (duas) proposições dessa espécie.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação do Projeto de Decreto Legislativo aqui discutido.

É o parecer.

Anápolis, 07

de

Março

de 2022.

Francisco Moreira Pinheiro  
Vereador(a) Relator(a)

IBRG/PARECER 105/7-4-2022